



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA PFDC Nº 37, DE 11 DE JUNHO DE 2025

O **PROCURADOR FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**, no exercício de suas atribuições decorrentes da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 75/93, relacionadas à defesa dos direitos constitucionais do cidadão:

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, instância do Ministério Público Federal, tem como missão constitucional zelar pela promoção e defesa dos direitos fundamentais, atuando de forma articulada na fiscalização das políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes;

Considerando a necessidade de promover ações coordenadas, contínuas e efetivas de monitoramento, garantindo o respeito à dignidade das crianças e dos adolescentes e a prevenção de práticas que possam caracterizar negligência, violência institucional ou violação de direitos humanos;

Considerando o disposto na Portaria PFDC nº 33/2024, de 13 de junho de 2024, que institui a Relatoria Temática "crianças e adolescentes: proteção de direitos" da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; e

Considerando que a referida Relatoria Temática tem entre seus objetivos acompanhar políticas públicas que envolvam os interesses das crianças e adolescentes brasileiras,

RESOLVE

- 1) Autuar Procedimento Administrativo eletrônico para acompanhar políticas públicas (PA - PPB), com a seguinte ementa: “Acompanhamento das atividades da Relatoria Temática 'crianças e adolescentes: proteção de direitos”.
- 2) Designar a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta Ana Padilha Luciano de Oliveira, para coordenar os trabalhos da referida Relatoria Temática.
- 3) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NICOLAO DINO

Subprocurador-Geral da República
Procurador Federal dos Direitos do Cidadão